



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

DIAGNÓSTICO DE PROCESSUALÍSTICA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

George Brasil Pitsica (TCE/SC)

Giovana Benevides Sales Araujo (TCE/PR)

Khenia R F. Nunes (TCE/TO)



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

JUSTIFICATIVAS

- Ferramentas para otimizar o trabalho dos setores/comissões de Jurisprudência;
- Eficiência e publicidade dos Tribunais - instrumentos processuais disponíveis;



JUSTIFICATIVAS

- Identificação das decisões - criação de software agregador de decisões do Tribunais;
- Alterações do novo CPC;
- Reflexões e adaptações → maximização



METODOLOGIA

- Encaminhamento via email para o grupo nacional do Juristcs;
- Pesquisa nos sites dos Tribunais (Regimento Interno e Lei Orgânica);
- Análise das principais decisões que compõem a jurisprudência.



JURISTCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

CLASSES ANALISADAS

1. Consultas
2. Prejulgados
3. Súmulas
4. Uniformizações de Jurisprudência
5. Incidentes de inconstitucionalidade



1. CONSULTAS

→ função Consultiva dos Tribunais de Contas.

Dúvida quanto à interpretação e aplicação da legislação –
matéria correlata:

I – autoridade legítima;

II –apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da
dúvida;

III – versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e
regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal
de Contas;

IV –formulação em tese.

Alguns Tribunais: pertinência temática com a autoridade.



CONSULTAS - NOMES

- 1.Acórdão
- 2.Acórdão De Consulta
- 3.“Consulta Com Força Normativa”
- 4.“Consulta Sem Força Normativa”
- 5.Decisão
- 6.Decisão Plenária
- 7.Decisão Normativa
- 8.Instrução Cameral
- 9.Prejulgado
- 10.Parecer
- 11.Parecer Em Consulta
- 12.Parecer Prévio
- 13.Parecer Normativo
- 14.Resolução
- 15.“Resolução De Consulta”



2. PREJULGADOS

22 Tribunais possuem prejulgados. Alguns com procedimentos autônomos e outros incidentais.

- 13 Tribunais → Prejulgado decorre de Consulta.
- 02 Tribunais → quando há uma quantidade de decisões no mesmo sentido.



PREJULGADOS

“Atualmente, o prejudgado, no mesmo sentido de UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, tomou a denominação de SÚMULA, tendo o valor de precedente valioso quando se tratar de matéria similar”.

Dicionário Jurídico de Plácido e Silva 27 ed. (1993)





PREJULGADOS - CONCEITO

Conceitos de dicionários online:

- [...] *Que se prejudgou; julgado por antecipação. sm Dir Decisão preliminar, tomada pelas câmaras reunidas do tribunal de justiça, sobre o conteúdo de recursos dos tribunais.* (Dicionário Michaelis).
- *Julgar antecipadamente. Avaliar com antecipação (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)*



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

PREJULGADOS - CONCEITO

- **Prejulgamento:** Isso ocorre quando alguém julga outra pessoa antes de saber a verdadeira realidade dos fatos.
- JULGAMENTO OU INTERPRETAÇÃO PRÉVIA, INDEPENDENTE DE CASO CONCRETO.



JURISTCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

PREJULGADOS - CONCEITO

É um instrumento processual utilizado quando houver a necessidade de pronunciamento acerca da interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecendo a importância da matéria de direito e de sua aplicabilidade de forma geral e vinculante até que o prejudgado venha a ser reformado na forma prevista em Regimento Interno. (TCE/PR)



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

PREJULGADOS – TCE/PR

Exemplo: **Prejulgado nº 01**: Interpretação do artigo 85, a Lei Complementar Estadual nº 113 de 15 de Dezembro de 2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Impossibilidade da aplicação de sanções a fatos ocorridos anteriormente a 15.12.2005.



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

PREJULGADOS - CONCEITO

Considera-se prejudgado o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno, de natureza interpretativa de direito em tese, em matéria de competência do Tribunal de Contas, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência. TCE/SC



3. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

21 Tribunais possuem Uniformização de
Jurisprudência.

Alguns com procedimentos autônomos e mais da
metade incidental.

Nos processos incidentais como é feita a
divulgação?



3. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - CONCEITO

Instrumento processual que visa a uniformidade de interpretação do direito num determinado tribunal, preservando assim a unidade do direito.

Trata-se da eleição de uma tese acerca de questão jurídica controvertida, mediante a utilização de um de seus instrumentos previstos.



4. SÚMULA

25 Tribunais possuem previsão regimental para Súmulas.

- 18 efetivamente possuem súmulas.
- Alguns decorrem de prejulgados e uniformização de jurisprudência.



4. SÚMULA - CONCEITO

Conceito: é o resumo do entendimento jurisprudencial baseado em decisões reiteradas no mesmo assunto.

Interpretação pacífica e reiterada.

Entendimento não controverso.



5. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE

23 Tribunais possuem previsão para incidente de inconstitucionalidade.

2 possuem procedimento próprios.

Nos processos incidentais como é feita a divulgação?



| Dados do processo Originário / Autuação | Relator | Ementa | Assunto/ Acórdãos relacionados | Sessão/ Publicação |
|--|---|---|---|--|
| Acórdão n. 1119/14 Protocolo nº 320145/13 | Cons. Durval Amaral | Incidente de inconstitucionalidade. Artigo 23, § 3º, da Lei Municipal nº 148/06 de Sarandi. Previsão de concessão de aposentadoria por invalidez proporcional com proventos mínimos independentemente do tempo de contribuição. Ofensa ao princípio da contributividade previdenciária. Violação do artigo 24, XII e artigo 40, caput, § 1º, inciso I, §§ 3º e 10º, da Constituição Federal. Reconhecimento e afastamento de sua aplicação no processo originário e em casos análogos submetidos a Corte. Inteligência do art. 408, § 5º, do Regimento Interno. Representação às Procuradorias Geral da República e da Justiça. | Aposentadoria por invalidez Proventos proporcionais Ofensa ao princípio da contributividade previdenciária | Sessão nº 09, 20/03/2014 - Diário Eletrônico TCE/PR n. 864, 17 abr. 2014, p. 16-17. |
| Acórdão nº 2572/10 Protocolo nº 627552/07 DENÚNCIA | Cons. Caio Mário Nogueira Soares | DENÚNCIA - Lei municipal que autoriza o parcelamento de débitos oriundos desta corte de contas em até 240 vezes, com remissão total dos juros e da correção monetária, após a inscrição em dívida ativa, ocasionando lesão aos cofres públicos - invasão de competência deste Tribunal de Contas, estabelecida na Constituição Estadual - Incidente De Inconstitucionalidade e julgamento da denúncia, no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade da lei nº 382/2007 do município de Guaraniáçu, afastando a sua aplicação no que se refere aos débitos noticiados nos presentes autos - decisão com efeito de prejudgado, a ser aplicada a todos os casos a serem submetidos ao tribunal de contas, nos termos do art. 78, § 4º, da Lei Orgânica - remessa de cópia dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de subsidiar a propositura de representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado - remessa de cópia da decisão ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipais, para ciência - anexação de cópia desta decisão em todos os processos desta corte referentes ao município de Guaraniáçu em fase de execução, para conhecimento. | Multas. Tribunal de Contas. Parcelamento de débitos. Remissão de juros. Dívida ativa. | Diário Eletrônico nº 272, 22/10/2010, p. 5-7. |



5. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONCEITO

Conceito: análise de inconstitucionalidade de alguma lei ou ato normativo do Poder Público no caso concreto.



JURIS TCs

JURISPRUDÊNCIA NOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

OBRIGADO